



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026  
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
PGEA Nº 1.25.000.006646/2025-32**

**SUMÁRIO**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	1
2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	4
3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	7
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	9
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	12
6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.....	15
7. RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	15
8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	16
OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	16
OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	16
10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	20
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	22
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
APÊNDICE A – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS.....	25
APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE VISTORIA.....	26
APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.....	27
APÊNDICE D – ORÇAMENTO.....	28
APÊNDICE E – LAYOUT.....	29

## **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de pessoa jurídica especializada, neste documento denominada CONTRATADA, para o fornecimento, instalação e comissionamento de sistema de climatização (tipo Split Hi-Wall Inverter), incluindo a execução de infraestrutura frigorígena e elétrica completa, visando adequação de um ambiente nas dependências da Procuradoria da República no Município de Londrina/PR, unidade jurisdicionada da Procuradoria da República no Estado do Paraná, neste documento denominada CONTRATANTE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices.

**1.1.1.** Os serviços incluem, mas não se limitam a:

- Fornecedor e instalação de unidade evaporadora e condensadora (Tecnologia Inverter, fluido R32);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

- Execução de infraestrutura frigorígena;
- Instalação elétrica dedicada;
- Sistema de drenagem;
- Comissionamento técnico (Startup);
- Emissão de ART ou RRT (Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica) específica para os serviços de instalação;

**1.1.2.** O Ramo de Atividade predominante desta contratação, com base no catálogo de serviços – CATSER, é 2020 – Ar Condicionado - Instalação/Montagem/Desmontagem/Remoção - (Parede / Sistemas).

a) O(s) item(ns) objeto desta contratação não consta(m) no Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal do Compras do Governo Federal (PNCP).

**1.2.** Os fornecedores interessados participarão desta contratação sob o regime de Item Único, compreendendo o fornecimento do equipamento e a execução integral dos serviços descritos neste Termo de Referência.

**1.3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:** conforme disposto no Capítulo 3 deste Termo de Referência.

**1.4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** – o **valor total máximo estimado** desta contratação e para a aceitação da proposta está previsto na tabela abaixo, devendo o fornecedor vencedor apresentar sua proposta ajustando seu valor ao máximo aceitável, sob pena de desclassificação, caso não adéque sua proposta.

**1.4.1. ORÇAMENTO** disponível no APÊNDICE D deste Termo de Referência contendo as seguintes planilhas de custos e formação de preços: sintética, analítica, analíticas auxiliares, insumos, BDI, cronograma e leis sociais.

**1.5.** O preço ofertado deverá ser final e nele deverão estar compreendidos todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos; embalagem; frete; mão de obra, materiais e equipamentos; passagens; diárias; refeições; salários; honorários; encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e lucro.

**1.6.** Em caso de divergência entre as especificações dos materiais/serviços indicados no Sistema Compras.gov e as constantes neste Termo de Referência e seus apêndices, prevalecerá estas últimas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**1.7.** Possíveis inconsistências, falhas ou incorreções na especificação do objeto deverão ser alegadas no momento oportuno, não podendo constituir pretexto para a fornecedora cobrar valores extras e/ou alterar a composição de preço.

**1.8. VALIDADE DA PROPOSTA** – toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.

ITEM 1				
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA/PARANÁ				
Av. Ayrton Senna da Silva, 550, Sala 904 - Gleba Palhano - Londrina/PR CEP 86.050-460 Tel. (43) 3294-1200 – prpr-londrina@mpf.mp.br				
SUB - ITE M	ESPECIFICAÇÃO	QTD E	VALOR UNITÁRI O MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMAD O (R\$)
1.1	CATSER: 2020 – Ar Condicionado - Instalação/Montagem/Desmontagem/Remoção - (Parede / Sistemas)	1	12.461,73	12.461,73
VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO =>				12.461,73

**1.9. O PRAZO DE VIGÊNCIA da CONTRATAÇÃO** é de 06 (seis) meses contados do recebimento da nota de empenho.

**1.9.1.** O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado na contratação, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**1.9.2.** Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) a CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**1.10. PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO** – o serviço deverá ser executado no **prazo máximo** de 30 (trinta) dias a **partir da data indicada em ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO** emitida pela CONTRATANTE e encaminhada ao e-mail indicado na proposta da empresa vencedora, com exceção de situações devidamente justificadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.

**1.10.1.** O serviço deverá ser agendado, previamente, com a unidade, de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h, horário de Brasília, por meio dos e-mails ou telefones indicados nas tabelas acima;

**1.10.2. LOCAL DE EXECUÇÃO:** os serviços serão executados na sala antes ocupada pela biblioteca na Procuradoria da República no Município de Londrina/PR, Av. Ayrton Senna da Silva, 550, Sala 904 - Gleba Palhano - Londrina/PR CEP 86.050-460.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.1.** As referências legais para a presente contratação são, pelo menos, as referidas abaixo, ficando também condicionada a contratação à legislação correlata relacionada ao objeto:

- a) Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- b) Lei Complementar nº 123/2006, atualizada;
- c) Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025 (Atualiza os valores estabelecidos na Lei 14.133/2021);
- d) Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- e) Decreto nº 9.507/2018, de 21/9/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União

**f)** Portaria PGR/MPU nº 148/2022 (dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, no âmbito do Ministério Público da União);

**g)** Portaria PGR/MPU nº 100/2023 (regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União);

**h)** Portaria PGR/MPU nº 28/2023 (regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispondo sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Ministério Público da União);

**i)** Portaria PGR/MPF nº 290/2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.

**j)** Guia de Contratações Sustentáveis do MPF de 2016, que visa a melhoria contínua da qualidade nas contratações e aquisições do órgão;

**k)** Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e seu regulamento, Decreto nº 7.404/2010;

**l)** Resolução CONAMA nº 307/2002 (e alterações posteriores) sobre gestão de resíduos da construção civil;

**m)** Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, ruídos e outros critérios ambientais, conforme aplicável.

**2.1.2. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO** – A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

**2.1.3. A contratação será firmada por meio de nota de empenho** (art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021, e art. 27, inc. I, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022), encaminhada pela **CONTRATANTE no e-mail informado na proposta da empresa vencedora**, conforme previsto nas obrigações da CONTRATADA, sendo todas as despesas relativas ao transporte, entrega e instalação dos bens adquiridos, se for o caso, às expensas, exclusivamente, da CONTRATADA.

**a)** Por força da Lei nº 10.522/2022 (art. 6º e 6-A), que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.973/2024, será procedida consulta da empresa ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **CADIN**, sendo que a existência de registro no **CADIN** constitui fator impeditivo para a contratação.

**2.1.4.** Em observância ao artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021, a participação nesta dispensa será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao artigo 48, inciso I, c/c o artigo 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.1.5.** O objeto foi incluído no Plano de Contratações Anual [2026] da unidade.

**2.1.6.** O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e seus apêndices, por meio de especificações usuais no mercado.

**2.1.7. MÉTODO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** – elaboração de orçamento utilizando como base os preços referenciais SINAPI PARANÁ (mês 01/2026).

**a) ORÇAMENTO** disponível no **APÊNDICE D** deste Termo de Referência contendo as seguintes planilhas de custos: sintética, analítica, analíticas auxiliares, insumos, BDI, cronograma e Leis Sociais.

**2.1.8. Participação em Consórcio** – Na presente contratação, não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

**2.1.9. Participação de Pessoa Física** – Não será permitida a participação de pessoas físicas na presente contratação, em razão do disposto no parágrafo único art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021:

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

## **2.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.2.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de adequação de espaço físico na sede da Procuradoria da República no Município de Londrina/PR para a implantação de novos postos de trabalho e reconfiguração de áreas administrativas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**2.2.2.** A área destinada à readequação não dispõe de sistema de climatização, sendo a instalação de equipamento de ar-condicionado indispensável para garantir:

- Salubridade e Conforto: Condições térmicas adequadas para o exercício das atividades laborais;
- Eficiência e Sustentabilidade: Adoção de tecnologias que reduzam o consumo de energia e utilizem fluidos refrigerantes de menor impacto ambiental;
- Preservação de Ativos: Manutenção da estabilidade térmica necessária para o funcionamento de equipamentos de informática.

**2.2.3.** A contratação conjunta (fornecimento e instalação) visa garantir a responsabilidade única pelo funcionamento do sistema e a preservação da garantia integral de fábrica, assegurando a eficiência na aplicação do recurso público.

### **3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**3.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, c/c inc. I, art. 3º, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022.

**3.2.** O critério de julgamento adotado será o **maior desconto** e o **regime de execução de empreitada por preço global**.

**3.3.** O critério de aceitabilidade de preços será o **VALOR TOTAL ESTIMADO**.

**3.4.** Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**3.5.** Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

**3.6.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

**3.7.** Encerrada a etapa de lances no sistema eletrônico, o agente da contratação convocará o fornecedor melhor classificado para envio da proposta ajustada ao último lance ou valor negociado conforme – Modelo de Proposta de Preços disponível no Anexo II do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026.

### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**3.8.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**3.9.** Habilitação jurídica – conforme previsto no Modelo de Proposta de Preços disponível no Anexo II do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026;

**3.10.** Habilitação fiscal, social e trabalhista (SICAF) – conforme previsto no Modelo de Proposta de Preços disponível no Anexo II do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026.

**3.11.** Qualificação técnica:

**3.11.1.** DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS, conforme modelo do APÊNDICE C deste Termo de Referência, assinada pelo responsável técnico ou representante legal da empresa interessada, sob as penas da lei;

a) Caso a empresa interessada tenha interesse em realizar vistoria ao local da prestação dos serviços, vide informações constantes no subitem 5.5 da Seção 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

**3.11.2.** DECLARAÇÃO DE VISITA (opcional), conforme modelo do APÊNDICE B deste Termo de Referência, somente se a empresa interessada realizou visita técnica no local de execução dos serviços

a) Se, por qualquer motivo, a referida declaração de visita técnica não acompanhar a documentação, será considerada, se houver, a segunda via em poder da CONTRATANTE.

**3.11.3.** Prova de experiência anterior, por meio de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa interessada tenha executado serviço compatível com o objeto desta contratação, no que respeita à parcela de maior relevância abaixo indicada:

a) Prestação de serviços de instalação de equipamento de ar-condicionado, incluindo infraestrutura frigorígena.

b) Não será(ão) aceito(s) atestado(s) ou declaração(ões) de serviços ainda não concluídos, executados parcialmente ou em andamento.

**3.11.4.** Prova de inscrição ou registro da empresa interessada e de seu(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de arquitetura e urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT que comprove o registro da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**3.11.5. Capacitação técnico-profissional:** comprovação de que a empresa possui em seu quadro de funcionários, na data fixada para a entrega da proposta, profissional habilitado no CREA, CAU ou CFT para atuar como responsável técnico pela execução de serviço objeto desta contratação.

**a)** A comprovação de vínculo do profissional com a empresa interessada poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**3.11.5.a.1.** No caso de existência de vínculo empregatício: cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas em que constem o número de registro, a qualificação civil e o contrato de trabalho; ou CTPS digital, ou ficha de registro de empregado, em frente e verso;

**3.11.5.a.2.** No caso de existência de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

**3.11.5.a.3.** No caso de tratar-se de profissional autônomo:

**3.11.5.a.3.1.** Certidão de Registro da licitante no CREA, CAU ou CFT ao qual está vinculado, se nesse documento constar o(s) nome(s) do profissional(is) indicado(s) dentre o(s) responsável(is) técnico(s) da empresa; ou

**3.11.5.a.3.2.** Declaração de contratação futura do(s) profissional(is) para prestação de serviço, firmada pelas partes, ou contrato de prestação de serviços porventura já existente.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** Os serviços compreendem o fornecimento e a instalação completa de 01 (um) sistema de climatização tipo Split Hi-Wall de 12.000 BTU (Tecnologia Inverter, fluido R32), incluindo a execução de infraestrutura frigorígena, adequação elétrica dedicada, sistema de drenagem, fornecimento de suporte metálico para unidade externa e a realização de comissionamento técnico (startup) para garantir a plena performance e a validade da garantia de fábrica.

**4.2.** Os serviços englobam as seguintes fases e descrições detalhadas:

**4.2.1.** Serviços Preliminares:

**a)** Análise do percurso da tubulação (aproximadamente 14 metros) e definição exata dos pontos de furação e fixação conforme o layout da sala;

**b)** Proteção de móveis, equipamentos de informática e pisos nas áreas de intervenção;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

- c) Delimitação e sinalização da área de trabalho, garantindo a segurança de servidores e usuários durante a movimentação de escadas e ferramentas;
- d) Desligamento seguro e bloqueio dos circuitos elétricos no quadro de distribuição para a interligação da nova rede;
- e) Obtenção e recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT específica para os serviços;

**4.2.2. Instalação de Infraestrutura e Equipamentos:**

- a) Execução de furos em alvenaria para passagem das linhas frigorígenas e elétrica, com posterior vedação estanque e acabamento estético;
- b) Instalação das linhas de cobre com isolamento térmico individual;
- c) Montagem de suporte metálico (rack) com tratamento anticorrosivo, dimensionado para suportar as unidades condensadoras na laje técnica, utilizando coxins de borracha para amortecimento de vibração;
- d) Execução de circuito elétrico dedicado com cabos flexíveis de 2,5 mm<sup>2</sup>, uso obrigatório de terminais tipo ilhós em todas as conexões e instalação de disjuntor de proteção;
- e) Instalação da rede de dreno em PVC rígido de 20mm, garantindo inclinação mínima de 1,5% e instalação de sifão no ponto de conexão com a rede predial para evitar retorno de odores;
- f) Fixação e nivelamento da unidade evaporadora (interna) e da unidade condensadora (externa);

**4.2.3. Comissionamento Técnico (Startup):**

- a) Realização de teste de estanqueidade mediante pressurização com Nitrogênio (N<sub>2</sub>) por período mínimo de 30 minutos;
- b) Procedimento de desidratação (vácuo) com bomba de duplo estágio e vacuômetro digital até atingir nível inferior a 500 microns, com registro por foto/vídeo para comprovação técnica;
- c) Realização de carga adicional de fluido refrigerante R32 por meio de balança digital de precisão;
- d) Testes finais de performance (superaquecimento, salto térmico e medição de corrente elétrica) com registro dos valores no relatório de entrega.

**4.2.4. Limpeza Final e Entrega:**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

- a)** Remoção de todas as sobras de materiais (retalhos de tubulação, isolamentos, fios, embalagens e resíduos de alvenaria etc.);
- b)** Entrega do ambiente totalmente limpo e com os acabamentos de parede recompostos nos pontos de furação;
- c)** Entrega do Relatório de Startup assinado, Manual do Usuário e Certificado de Garantia do fabricante devidamente preenchido;
- d)** Realização de treinamento operacional básico (funções do controle remoto e limpeza de filtros) para os usuários locais.

**4.3.** A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de todos os materiais de consumo e insumos necessários à execução dos serviços (tais como fluido refrigerante R32, nitrogênio, tubulações, isolamentos, suportes e componentes elétricos), os quais deverão ser novos, de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de uso.

**4.4.** O descarte de resíduos resultantes da instalação (como sobras de tubulação, embalagens e entulhos de alvenaria) será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá observar as determinações legais para o correto armazenamento, transporte e destinação final, mantendo a limpeza das áreas de trabalho.

**4.5.** Todos os equipamentos e materiais a serem empregados deverão ser novos, originais e de primeira linha, não sendo aceitos itens reconicionados, reaproveitados ou que não atendam às especificações constantes no Caderno de Especificações e Encargos.

**4.6.** A empresa contratada prestará os serviços nos locais indicados pela CONTRATANTE.

**4.7.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços (tais como danos a outras redes de utilidades durante furações, danos a mobiliário ou pintura), decorrentes de falha, negligência, imprudência ou imperícia, arcando com todas as despesas necessárias ao pronto restabelecimento das condições originais, sem ônus para a CONTRATANTE.

**4.8.** O valor da proposta contemplará o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

**4.9.** A CONTRATADA cumprirá rigorosamente as normas de segurança vigentes, com especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade) e a NR-35



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

(Trabalho em Altura), sendo de sua inteira responsabilidade quaisquer acidentes ou demandas decorrentes da inobservância destas precauções.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**5.1.1.** O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleos lubrificantes, gases, combustíveis e baterias deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; a resolução CONAMA nº 450, de 06 de Março de 2012, que trata do descarte legal de óleo lubrificante; e, de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Guia Nacional de Licitações Sustentáveis do MPF, a Resolução CONAMA nº 307/2002 sobre gestão de resíduos da construção civil, e demais legislações ambientais pertinentes.

**5.1.2.** Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável.

**5.1.3.** As peças e itens aplicados devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

**5.1.4.** Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

**5.1.5.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

**5.1.6.** Fornecer peças fabricadas em estrita observância aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares.

### **5.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL**

**5.2.1.** As empresas interessadas em participar da contratação deverão apresentar Declaração de Regularidade Social (conforme modelo disponibilizado neste Termo de Referência e/ou no Aviso de Contratação Direta), em que conste:

- a)** Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate a discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

outros, conforme dispõe: a.1) a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e a.2) os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

**b)** Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe: b.1) o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988; b.2) o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT); b.3) os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA); b.4) a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990; e b.5) o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

**c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

**d)** Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, quando aplicáveis.

**e)** Quando possuir quadro de funcionários com cem ou mais empregados, contratar porcentagem de profissionais com necessidades especiais, conforme previsto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93.

**5.3. SUBCONTRATAÇÃO** – Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

**5.3.1.** É vedada a subcontratação completa do objeto ou da sua parcela principal. Para fins desta contratação, entende-se como parcela principal a execução dos serviços de instalação das unidades (evaporadora e condensadora) e o comissionamento técnico (startup), que inclui os testes de estanqueidade, vácuo digital e carga de fluido refrigerante.

**5.3.2.** A subcontratação de serviços acessórios, tais como recomposição de alvenaria/pintura ou execução da infraestrutura elétrica bruta, obedecerá a um rito de apuração, devendo a CONTRATADA apresentar a descrição da necessidade e obter autorização prévia por parte da equipe de fiscalização técnica do contrato.

**5.3.3.** Em caso de subcontratação parcial autorizada, a CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante o MPF/PR pela qualidade dos serviços, pelo cumprimento dos prazos e pela garantia integral do sistema (equipamento e instalação), não havendo qualquer vínculo jurídico entre o MPF/PR e a subcontratada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**5.4. GARANTIA DOS SERVIÇOS** – A garantia técnica para os serviços de instalação e toda a infraestrutura executada (tubulações, elétrica e drenagem) será de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**5.4.1.** Para o equipamento fornecido, a CONTRATADA deverá assegurar a garantia integral do fabricante, que é de no mínimo 12 (doze) meses para a unidade total e 120 (cento e vinte) meses para o compressor, conforme certificado de garantia da fabricante.

**5.4.2.** A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados ou componentes fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, dentro dos prazos de garantia estipulados, com tempo de resposta de no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o chamado da fiscalização.

**5.5. VISTORIA PRÉVIA – OPCIONAL**

**5.5.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços objeto desta contratação, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, ocasião na qual será firmada a declaração, conforme modelo constante do APÊNDICE B, DECLARAÇÃO DE VISTORIA, deste Termo de Referência, acompanhado por servidor designado para esse fim.

**5.5.2.** A vistoria deverá ser agendada com a Coordenação da Procuradoria da República no Município de Londrina, pelo telefone (43) 3294-1200 br ou pelo e-mail: [prpr-londrina@mpf.mp](mailto:prpr-londrina@mpf.mp) e ser realizada das 13 h às 18 h.

**5.5.3.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**5.5.4.** As empresas interessadas têm o direito à vistoria prévia, porém, deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada.

**5.5.5.** A empresa interessada que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e nível de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou para solicitarem eventuais acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**5.5.6.** Na fase de habilitação, independente da opção pela realização ou não da vistoria, será exigida da proponente a apresentação de declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo do APÊNDICE C deste Termo de Referência, **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.**

## **6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** O Contrato será acompanhado por comissão de fiscalização a ser designada, seguindo as determinações constantes de norma específica, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados para o fiel cumprimento do objeto.

**6.2.** Caberá ao fiscal observar se as obrigações assumidas pela beneficiária estão sendo cumpridas, bem como se estão sendo mantidas todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas.

**6.3.** Essa fiscalização não exime a beneficiária das responsabilidades oriundas de falhas e/ou omissões.

**6.4.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **7. RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Em conformidade com o inciso I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contratado, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

**7.1.1. Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 5 dias (cinco) dias corridos, a contar da entrega dos serviços, para efeito de posterior verificação do objeto conforme as especificações exigidas na contratação;

**a)** Se os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela contratada não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega fixado para a contratação.

**7.1.2. Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

7.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

7.3. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.4. Em hipótese alguma serão aceitos os serviços em desacordo com as condições pactuadas, ficando, sob responsabilidade da contratada, o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do contratante:

8.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da contratada às dependências dos prédios para a entrega do objeto contratado, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pelo contratante e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;

8.1.2. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;

8.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais emitidas pela contratada, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas nesta contratação;

8.1.4. Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos na contratação, após cumpridas todas as formalidades legais;

8.1.5. Manifestar-se, formalmente, em todos os atos relativos à execução da contratação, em especial, aplicação de sanções e alterações, notificando a contratada, por escrito, quando verificada qualquer irregularidade nos produtos entregues.

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.2. São obrigações da contratada:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**8.2.1.** Providenciar a ART (ou RRT) referente ao serviço em questão junto ao CREA/PR (ou CAU/PR).

a) o documento deve ser emitido especificamente para o objeto de instalação do ar-condicionado e adequações elétricas/civis em Londrina.

b) uma cópia da ART/RRT quitada deverá ser mantida permanentemente no canteiro de obras e apresentada à FISCALIZAÇÃO antes do início efetivo de qualquer atividade.

**8.2.2.** Entregar à CONTRATANTE, junto com a fatura, relatório contendo: registro de todas as solicitações apresentadas neste instrumento, análise das condições gerais do serviço, incluindo Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

**8.2.3.** Executar o serviço em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, Caderno de Especificações e Encargos e em sua proposta;

**8.2.4.** Corrigir defeito apresentado no serviço que esteja desconforme com o estabelecido neste Termo de Referência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da notificação de rejeição pela CONTRATADA;

**8.2.5.** Comunicar à Contratante, imediatamente, caso fortuito ou de força maior, fato de terceiro, fato do príncipe ou fato da administração que, eventualmente, venha a prejudicar o adimplemento de suas obrigações, apresentando documentos comprobatórios em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não ser considerado para afastamento ou redução da responsabilidade civil e/ou administrativa;

**8.2.6.** Apresentar documento fiscal específico discriminando o serviço fornecido, com indicação de preços unitários e totais, destacar no campo descrição, o número da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento a que se refere, o valor de cada item fornecido, o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome e número da agência e da conta-corrente) e os valores de retenção dos tributos, quando for o caso;

**8.2.7.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da contratante;

**8.2.8.** Manter os seus funcionários devidamente identificados quando em cumprimento do objeto deste Termo de Referência nas dependências do contratante;

**8.2.9.** Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela contratante;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**8.2.10.** Solicitar em tempo hábil todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

**8.2.11.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto dessa contratação, sem prévia e expressa anuência da contratante;

**8.2.12.** Não caucionar ou utilizar a contratação para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;

**8.2.13.** Manter durante a execução da contratação todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a sua contratação;

**8.2.14.** Cumprir ao longo de toda a execução do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 e no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.15.** Comunicar à contratante toda e qualquer alteração relativa à contratada, inclusive razão social, endereço, telefone, e-mail, etc.;

**8.2.16.** Com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006, **manter atualizado e informar à contratante endereço de e-mail eletrônico**, por meio do qual poderão ser realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

**8.2.17. Além das atribuições relatadas acima, inclui-se na prestação de serviço:**

- a) proibição de fornecer informações de caráter pessoal dos servidores do Contratante;
- b) cumprir determinações e normas estabelecidas para o bom andamento do serviço no âmbito das Unidades do MPF no Paraná.

## **9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Caso a Contratada não cumpra as obrigações estabelecidas na proposta comercial aprovada pela Administração da PR/RR, poderá sujeitar-se às sanções previstas nesse documento, assim como as previstas nas Lei n.º 14.133/2021, Portaria PGR/MPU Nº 178/2023 e demais legislações pertinentes.

**9.2.** A inexecução, total ou parcial do serviço, poderá, garantida a prévia e ampla defesa, ensejar segundo a extensão da falta cometida, a aplicação das penalidades previstas no artigo 156, da Lei n.º 14.133/2021, com aplicação das seguintes sanções:

**9.2.1.** Advertência;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**9.2.2.** Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor contratado, pelo atraso no cumprimento dos prazos estipulados no presente instrumento, contados a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo até o dia do efetivo cumprimento da obrigação, limitada a 15% (quinze por cento).

a) Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

**9.2.3.** Multa sancionatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

a) Poderá ser considerada a inexecução total o atraso injustificado superior a 30 dias.

**9.2.4.** Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do Art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de reiteradas faltas, ou o cometimento de faltas contratuais graves, conforme a seguinte tabela:

<b>INFRAÇÃO</b>	<b>PRAZO</b>
Não manter as condições apresentadas na proposta	3 (três) meses
Atraso injustificado, superior a 30 (trinta) dias, no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízo à Administração	3 (três) meses
Execução insatisfatória das obrigações assumidas na contratação no caso de a CONTRATADA ter sido sancionada anteriormente com multa e/ou advertência	3 (três) meses
Não conclusão do objeto contratado no prazo previsto	3 (três) meses
Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado	3 (três) meses
Não substituição do serviço entregue em desacordo com as especificações, no prazo previsto ou concedido pela Administração	9 (nove) meses
Inexecução total do objeto contratado	16 (dezesseis) meses

**9.2.5.** Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do Art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

a) Os efeitos persistirão enquanto durarem os motivos que deram causa à aplicação da penalidade ou até que seja promovida a reabilitação da contratada perante a Administração.

b) A reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após o decurso de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.

9.3. A penalidade de advertência poderá ser aplicada quando do cometimento da infração não caiba sanção mais gravosa, e na hipótese de falta leve, assim entendida aquela que não acarrete prejuízo significativo para a Administração, não interfira diretamente na execução do objeto nem comprometa prazos e/ou serviços.

9.4. A reincidência da contratada em infração sancionada com advertência implicará a aplicação de sanção mais grave.

9.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.6. A Guia de Recolhimento da União (GRU) deverá ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela empresa sancionada.

9.7. Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, aplicada será descontado dos créditos que a contratada fizer jus, no âmbito da mesma contratação.

9.8. As multas imputadas à fornecedora cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei n.º 6.830/1980, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9.9. A aplicação das penalidades acima descritas não prejudica a de outras a que a empresa esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações assumidas ou execução insatisfatória dos serviços de entrega e assistência técnica, nos termos previstos em lei.

9.10. As penalidades acima previstas só poderão ser relevadas na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Contratante.

9.11. A aplicação das sanções previstas no presente Termo de Referência observará os graus de competência que atribui o Regimento Interno Administrativo e o Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal.

9.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1. A contratante pagará à contratada os valores correspondentes aos produtos/serviços efetivamente entregues, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária emitida até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao ateste pelo setor competente pela fiscalização da contratação quanto ao recebimento definitivo do objeto.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**10.2.** Para execução do pagamento, a fornecedora deverá emitir nota fiscal em nome da Procuradoria da República no Paraná, CNPJ nº 26.998.715/0023-18. Informar no corpo da nota:

**10.2.1.** Nome da cidade da prestação dos serviços;

**10.2.2.** Memória de cálculos das contribuições e tributos incidentes sobre a fatura;

**10.2.3.** Valor líquido da fatura;

**10.2.4.** Nº da nota de empenho;

**10.2.5.** Dados bancários.

**10.3.** A comprovação do cadastro e habilitação parcial no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) dar-se-á mediante verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta “online” ao sistema, por ocasião da liquidação da despesa.

**10.3.1.** Quando vencidas no SICAF ou irregulares, será assegurado à Contratada apresentar a documentação referente à regularidade junto à Seguridade Social (CND do INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e às Receitas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), se já regularizadas e atualizadas.

**10.4.** O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF (link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), ou em caso de indisponibilidade do sistema, através dos e-mails descritos na sessão 1, ou em outro que o MPF/PR indicar.

**10.5.** O MPF/PR não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue fora do local e/ou prazo estabelecido ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.

**10.6.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela contratada.

**10.7.** Nenhum pagamento deverá ser efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta. Não haverá crédito à contratada, igualmente, em virtude de penalidade a esta cominada ou em caso de inadimplência contratual sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**10.8.** Caso a contratada seja optante pelo “SIMPLES NACIONAL” (Lei Complementar nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a contratada nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, por meio eletrônico, através do sistema de peticionamento eletrônico do MPF (link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), ou em caso de indisponibilidade do sistema, por intermédio do e-mail através dos e-mails descritos no item 1.1

**10.9.** O Serviço de Pagamento também poderá verificar a situação do fornecedor por meio de consulta on line no SICAF, cujo resultado será impresso e juntado aos autos.

**10.10.** Fica assegurado ao contratante o direito de deduzir do pagamento devido à contratada as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura, a empresa contratada, tiver dado causa. Não tendo nenhum valor a receber, as importâncias deverão ser recolhidas pela contratada. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

**10.11.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**$EM = I \times N \times VP$** , em que:

- **EM** = encargos moratórios;
- **N** = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- **VP** = valor da parcela a ser paga;
- **I** = índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = TX / 365 = 0,06 / 365 = 0,0001643.$$

**10.12.** Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela contratada, por não cumprir as suas obrigações, o contratante ficará desobrigado de promover a atualização monetária de que trata o item **anterior**.

**10.13.** Ao contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência e seus apêndices.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A despesa decorrente da contratação do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público Federal, constante do vigente orçamento geral da União, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

## **12. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**12.1.** A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural relativo ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**12.2.** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou sigilosos, implicar-lhe-á dever de sigilo, assim como também para seus prepostos.

**12.3.** A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações relacionadas ao exercício dos direitos dos titulares resultados na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

**12.4.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no presente contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

**12.5.** Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/01/2026.

**12.6.** GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – Não será exigida garantia de execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

**12.7.** Não serão aceitos materiais/serviços em divergência com a especificação informada na proposta de preços da empresa vencedora, salvo motivo relevante, devidamente justificado, desde que não enseje qualquer prejuízo aos cofres públicos ou à qualidade do objeto ofertado.

**12.8.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Compras.gov e as especificações e descrições constantes neste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

**12.9.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.10.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. Para os casos de extinção contratual, aplicam-se as disposições dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.11.** Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**12.12.** A contratante divulgará a Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**12.13.** Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*Curitiba, data da assinatura eletrônica.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**APÊNDICE A – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS**

(arquivo eletrônico disponível para download  
no sítio do Sistema Compras.gov: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>  
e no Portal da Transparência do MPF:  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINGA declara que a empresa \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_, através do seu Representante Legal, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, compareceu a esta Divisão e verificou o objeto do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026, tomando conhecimento das características dos materiais e condições ambientais do objeto a ser executado.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

---

Assinatura do Representante da  
Procuradoria da República no Estado do Paraná

Declaro ter realizado a vistoria, para participação no Pregão Eletrônico, ocasião em que me foram prestadas todas as informações solicitadas, estando ciente das condições e características do objeto a ser executado, conforme especificações constantes do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-24/2026 e seus anexos.

---

Representante da Empresa



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES  
INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a).  
\_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e  
vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito  
desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das  
condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total  
responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer  
questionamentos futuros.

Curitiba-PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do responsável ou preposto)

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**APÊNDICE D – ORÇAMENTO**

(arquivo eletrônico disponível para download  
no sítio do Sistema Compras.gov: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>  
e no Portal da Transparência do MPF:  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARANÁ  
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR/PR**

**APÊNDICE E – LAYOUT**

(arquivo eletrônico disponível para download  
no sítio do Sistema Compras.gov: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>  
e no Portal da Transparência do MPF:  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>)